

# editorial

## COMUNIDADE E CONSTITUIÇÃO: GÊNESE E PRÁTICA

Gabriel Afonso Campos<sup>1</sup>

Yago Condé Ubaldo de Carvalho<sup>2</sup>

Trinta anos nos separam do momento no qual a Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte. Desde então, a história nacional descortinou-se de tal forma que sentimos a necessidade de voltar nossos olhos para aquele instante para, em seguida, tentar compreender o que constituímos no passado e o que nos constitui hoje. Em tempos de sucessivas crises, apreensões, radicalismos e menosprezo da política, da tolerância, do diálogo e da virtude civil que é a base da vida republicana, precisamos voltar à nossa fundação e, abandonando princípios porventura ultrapassados pelo tempo ou fortalecendo outros que ainda permanecem historicamente válidos, refundar-nos constantemente para a efetivação dos ideais do Estado democrático de direito. É nesse espírito que a REVICE apresenta a presente edição, primeira que contou com publicação parcial em formato *ahead of print* e em preparação à nossa entrada no modelo de submissão e publicação contínuos.

Antes de qualquer consideração acerca dos trabalhos publicados, cumpre-nos agradecer aos avaliadores da edição, sempre solícitos aos nossos pedidos e esmerados nos ajustes a serem feitos em cada trabalho submetido; ao nosso Conselho Editorial, pela constante vigília sobre a qualidade desse periódico; aos leitores sempre fiéis; e ao curso de Ciências do Estado, berço e origem da REVICE.

Nesta edição, o leitor se deparará primeiramente com trabalhos de temática livre. Os primeiros, seis ensaios: Rômulo Caldas reflete sobre a cientificidade própria do Direito em A

---

<sup>1</sup> Editor-chefe da Revista de Ciências do Estado. Graduado em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

<sup>2</sup> Editor-chefe adjunto da Revista de Ciências do Estado. Mestre e doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

**ciência míope**; Jaqueline Santa, em **A responsabilidade penal dos *compliance officers*: considerações sobre seus limites a partir da APn 470**, traz uma análise da possibilidade de responsabilização penal de profissionais de *compliance* a partir de definições doutrinárias e de um estudo da jurisprudência do STF; Railssa Alencar, com o seu **As tentações do aristocracismo**, alerta para o risco institucional de emergência de uma espécie de aristocracismo no meio jurídico, sob o regime da Constituição de 1988; Caio da Cruz reflete sobre o que é ser contemporâneo a partir do filme *The act of killing* e com base na obra de Walter Benjamin, em **O ato de matar e o ato de narrar: a construção da narrativa histórica a contrapelo**; Paulo Cesar Archanjo e Elaine Cristina Archanjo denunciam os problemas da prestação estatal no que se refere ao saneamento na região amazônica, em **O precário saneamento na hinterlândia amazônica: passado e presente de omissão do estado brasileiro**; por fim, Tainah Pereira discute os arranjos de incentivo ao desenvolvimento adotadas pelos BRICS, explicitando como se dá a conjugação dos interesses nacionais e a influência do pensamento de Rousseau nesse desenho institucional, em **Arranjos institucionais na cooperação internacional para o desenvolvimento: um ensaio sobre o resgate do papel do estado-nação promovido pelo BRICS**.

Em seguida, o número conta com uma resenha, assinada por Alana Miranda, da obra de Gerson Moura **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. O importante livro trata da política externa brasileira na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas. Duas traduções ainda precedem os artigos do número: tradução da **Carta I, 1 de Marco Túlio Cícero ao irmão quinto**, por Igor Santos, e do texto de Norbert Rouland **A antropologia jurídica de Marx e Engels**, por Lucas Parreira Álvares.

Já na seção de artigos, são três os trabalhos de temática livre: **das execuções sumárias cometidas pelos agentes públicos: um estudo da violência policial e seletividade no Brasil**, de Vinícius Moço, busca identificar o perfil das vítimas, os meios típicos, a legislação que dá suporte e a (in)existência de políticas públicas de prevenção de execuções sumárias por agentes do Estado; **O céu de Suely: uma análise sobre as estéticas de estado na violência policial contra prostitutas**, de Breno de Mello e Samara dos Santos, analisa os elementos performativos e estéticos de casos de violência policial contra prostitutas; por fim, **O conflito entre o Equador e Peru: uma controvérsia entre as velhas e novas guerras**, de Cristian Ojeda, realiza um estudo do conflito ocorrido em 1955 entre aqueles países adotando como referencial a concepção de guerra de Carl von Clausewitz.

O leitor depara-se, então, com o dossiê **Estado e constitucionalismo: debates à luz dos 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil**, para o qual a REVICE recebeu um número significativo de trabalhos, todos eles avaliados por professores e professoras

importantes no cenário nacional, tanto especialistas em Direito Constitucional, como pesquisadores de outras áreas do Direito e das ciências humanas e sociais. Isso porque um entendimento do que seja o regime constitucional inaugurado em 1988, especialmente um diagnóstico que interesse às Ciências do Estado, não pode se acomodar dentro dos limites de uma ciência parcelar e isolada das demais. Não deve se restringir ao texto da norma constitucional, aos desígnios dos seus autores, às interpretações oferecidas pelos tribunais constitucionais ou ao uso que agentes do Estado fazem daquele texto. Deve, sim, passar por tudo isso e agregar os aprendizados oferecidos por outras disciplinas sobre as influências de outros campos e atores na prática constitucional, as racionalidades envolvidas na implementação das suas normas e os aspectos filosóficos e políticos que revelam a legitimidade das instituições que a realizam.

No intuito de contribuir para reflexões que construam tal entendimento mais abrangente do fenômeno constitucional, a REVICE orgulha-se de publicar dez artigos neste dossiê: **30 anos da Constituição Brasileira e os percalços para o acesso a "sua sala de máquinas"**, de Deivide Ribeiro e Igor Viana, a partir da disputa pela constituinte exclusiva ocorrida em 2013-2014, apresenta críticas à tese de Roberto Gargarella e oferece aportes iniciais para o Constitucionalismo Performativo; **A relativização do princípio da presunção de inocência a partir da mutação constitucional do habeas corpus n. 126.292**, de Almir Megali Neto, tem como objeto a jurisprudência recente do STF sobre a presunção de inocência e o uso do instituto da mutação constitucional como fundamento; **A teoria da constituição brasileira: processo constituinte e a legitimidade da constituição – homenagem a Menelick de Carvalho Netto nos 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil**, de Felipe Capareli, aborda questões relativas ao processo constituinte e a legitimidade da constituição de 1988 com base nos ensinamentos de Menelick de Carvalho Netto; **Arendt, Hirschl e o Brasil: o Judiciário brasileiro como um ator politicamente engajado nos 30 anos da constituição**, de Jéssica Holl, após apresentar categorias da autora e do autor citados, perquire qual delas seria capaz de explicar com mais fidelidade a atuação do Judiciário brasileiro nos últimos 30 anos; **Caminhos para a superação da tese da constitucionalização simbólica**, de Danyelle Carvalho, oferece uma crítica interna à tese do professor Marcelo Neves; **Estado laico e Constituição da República Federativa do Brasil "sob a proteção de Deus": a promoção religiosa estatal e conjuntura nacional pós-adi 4.439**, de João Lucas Moreira e Tiago Siqueira, analisa decisão recente do STF e apresenta uma interpretação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que seja concernente com a normatização constitucional brasileira; **Democracia, delegação e governos de coalizão: da literatura clássica à análise do impasse democrático brasileiro**, de Jaqueline Torres, revisita a literatura clássica sobre a ideia de governo de coalizão e oferece um diagnóstico sobre a questão da delegação; **O impeachment de Fernando Collor e o novo padrão de instabilidade política na América**

**Latina: uma análise crítica**, de João Pedro Fernandes, segue a interpretação de Aníbal Pérez-Liñan e fornece um diagnóstico acerca dos fatores de legitimidade política envolvidos no instituto do impeachment; **Reforma da previdência e judicialização: o controle de constitucionalidade estratégica**, de Emanuelle Kopanyshyn e Thais Martins, parte de análise de casos julgados pelo STF e se utiliza do institucionalismo da escolha racional para o agir estratégico do tribunal; e, finalmente, **Legitimidade constitucional e democrática nos novos contextos do constitucionalismo**, de Bruno Dias Magalhães, que analisa como direitos, regras e princípios constitucionais potencializam ou não a deliberação política no atual contexto de pluralismo social.

O dossiê conta ainda com a aguardada entrevista com o Prof. Dr. Menelick de Carvalho Netto. Constitucionalista mineiro e hoje professor da Universidade Nacional de Brasília, Menelick é um dos mais influentes pesquisadores da sua área e formou gerações de novos pesquisadores. A referência ao seu nome como inspiração é recorrente nos corredores das instituições por onde passou e, ao encontro disso, as homenagens que recebe são calorosas. Diante disso, era grande a expectativa de entrevistá-lo, a qual foi tornada realidade com a ajuda do professor e conselheiro editorial da REVICE David Gomes, a quem devemos nosso sincero agradecimento.

Menelick ajuda-nos a refletir sobre acontecimentos recentes da dinâmica constitucional brasileira, como as propostas de uma nova constituinte e a EC 45; sobre o processo constituinte que culminou no texto de 1988; sobre eventos importantes no trajeto desse regime, como a questão da justiça de transição; e, de maneira mais geral, sobre como pode ser compreendido o papel da constituição em uma comunidade política. Além disso, ao encontro do escopo da REVICE, também revela seu entendimento sobre a questão do Estado, realizando um breve excuro da Teoria do Estado e chegando àquilo que entende poder ser a contribuição desse campo nos dias de hoje.

Ao fim, tratando da sua relação a docência e com seus orientandos e orientandas de maneira bastante franca, Menelick destaca a relação de troca que sempre efetivou nas suas relações professor-aluno, orientador-orientando – é o que, nas suas palavras, faz com que “um velhinho possa se sentir novo”.

A REVICE tem como expectativa despertar em seus leitores e colaboradores algo semelhante: que a partir dos dossiês, dos fluxos de submissão e avaliação, das leituras dos textos, das reflexões, discussões e publicações posteriores, em suma, pela interação contínua da comunidade acadêmica (da qual a REVICE pretende ser apenas um elemento), os/as cientistas possam construir um entendimento mais sólido dos fenômenos que analisam e, assim, se sentirem novos – oxalá possamos compreender juntos o que é o regime constitucional inaugurado em 1988.

